

The advertisement is set against a solid black background. On the left, a white line-art silhouette of a sleek sports car is shown from a side profile. Below the car, the words "GARAGEM VIRTUAL" are written in a large, white, sans-serif font. To the right of this, the phone number "(44) 99714-9771" is displayed in a smaller white font. In the center, there is a white Instagram icon followed by the text "garagem\_virtual.cm". On the right side of the advertisement, another white line-art silhouette of a car is shown from a side profile. Below this car, the text "CLEAN CAR" is written in a large, bold, white, sans-serif font. Underneath "CLEAN CAR", the words "MOURÃO" and "ESTÉTICA AUTOMOTIVA" are written in a smaller, bold, white, sans-serif font. Below the Instagram information, a thin white horizontal line spans the width of the advertisement. Underneath this line, the address "AV. JOÃO BENTO, 719" is written in a large, white, sans-serif font. At the bottom, the text "Esquina com a Rua Roberto Brzezinski" is written in a smaller, white, sans-serif font.

**GARAGEM VIRTUAL**

(44) 99714-9771 (44) 99831-8827

 [garagem\\_virtual.cm](https://www.instagram.com/garagem_virtual.cm)

**CLEAN CAR**

**MOURÃO**  
**ESTÉTICA AUTOMOTIVA**

(44) 99714-9771

---

**AV. JOÃO BENTO, 719**  
Esquina com a Rua Roberto Brzezinski





**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (ART.7º, IV, DA LEI 14.133/2021)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 642025  
(Processo Licitatório nº 135/2025)

Pelo presente instrumento, com fulcro no inciso IV do Artigo 7º da Lei nº 14.133/2021, adjudico o objeto do Pregão Eletrônico nº 642025 em favor da(s) empresa(s):

- Item 1: PAVIMENTAÇÕES ASFALTICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 28.333.078/0001-11, pelo valor total de R\$ 2.180.970,00 (dois milhões cento e oitenta mil novecentos e setenta reais).

A homologação da presente licitação é feita nos termos do artigo 7º, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do Proponente que, em análise aos documentos apresentados pela(s) empresa(s) vencedora(s), constatou o atendimento das condições previstas no Termo de Referência.

As(s) empresa(s) vencedora(s) ficam(ão) obrigada(s) a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato ou ata de registro de preços que será celebrada entre as partes, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação de Pregão Eletrônico, no Órgão Oficial Municipal, de acordo com o art.54, §1º, combinado com o art. 176, III da Lei 14.133/2021.

Engenheiro Beltrão/PR, 25 de Novembro de 2025.

Adailson José Garbin Junior  
Prefeito Municipal

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO 135/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO 064/2025

OBJETO: Registro de preços, pelo prazo de 12 meses, para futura e eventual aquisição de massa asfáltica (PMAF), a ser fornecida e aplicada pela contratada visando a execução de tapa buracos e quebra molas, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Viagem e Serviços Públicos.

VIGÊNCIA: 12 meses (até 25/11/2026).

FORO: Contrato de Prestação de Serviços, com foro em Curitiba, Paraná.

DATA DA ASSINATURA: 25 de Novembro de 2025.

Ata de Registro de Preços 371/2025

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA FRIA (PMAF) A SER FORNECIDA E APLICADA PARA CONTRATAÇÃO VISANDO A EXECUÇÃO DE TAPA BURACOS E QUEBRA MOLAS.	TON	3000	R\$ 728.994,00	2.180.970,00

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

LEI Nº 2.311/2025

**AUTORIA DE FORMA EXCEPCIONAL, ALTERAÇÃO DE PARÂMETROS E ÍNDICES URBANÍSTICOS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE IMÓVEIS ESPECIFICADOS.**

A Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado, excepcionalmente, a permitir a alteração dos parâmetros e índices urbanísticos de uso e ocupação do solo, constante do anexo II, da Tabela de Parâmetros da Lei Municipal nº 1.416/2007, da data de terras nº 07-Rem e 07-A, da quadra nº 07, que terá a seguinte composição:

I – LOTE 07-Rem, da quadra nº 07, subdivisão do lote nº 07, com área de 141,07 m², da Zona 21-R (Residencial), da cidade de Engenheiro Beltrão, com a frente predial para a Rua Manoel Ribas, esquina com a Rua João Scipioni, s/nº:

a) frente mínima: 9,90 metros;  
b) taxa de ocupação: 75%;  
c) taxa de permeabilidade: 15%;  
d) gabarito: 0;  
e) recuo frontal: 3,00 metros;  
f) recuo lateral: 1,5 metros;  
g) recuo fundo: 1,5 metros;  
h) coeficiente de aproveitamento: 3,00%.

II – LOTE 07-A, da quadra nº 07, subdivisão do lote nº 07, com área de 151,05 m², da Zona 21-R (Residencial), da cidade de Engenheiro Beltrão, localizado na Rua João Scipioni, s/nº:

a) frente mínima: 10,60 metros;  
b) taxa de ocupação: 75%;  
c) taxa de permeabilidade: 15%;  
d) gabarito: 0;

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado, excepcionalmente, a permitir a alteração dos parâmetros e índices urbanísticos de uso e ocupação do solo, constante do anexo II, da Tabela de Parâmetros da Lei Municipal nº 1.416/2007, da data de terras nº 01-A, da quadra nº 38, que terá a seguinte composição:

I – LOTE 01-A, da quadra nº 38, com área de 308,10 m², da Zona 21-M (Mista), da cidade de Engenheiro Beltrão, localizado na Rua José Bruno de Godoy, nº 23:

a) frente mínima: 10,00 metros;  
b) taxa de ocupação: 84,42%;  
c) taxa de permeabilidade: 15%;  
d) gabarito: 2;  
e) recuo frontal: 0,00 metros;  
f) recuo lateral: 1,5 metros;  
g) recuo fundo: 0,00 metros;  
h) coeficiente de aproveitamento: 1,5%.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pelo Município: Sidnei Polato, 25 de novembro de 2025.

Adailson José Garbin Junior  
Prefeito Municipal

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

LEI Nº 2.312/2025

**DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO PREFERENCIAL E A GARANTIA DE DIREITOS ÀS PESSOAS COM FIBROMIALGIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei, de autoria da Vereadora Luzinete Holak De Castro:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Engenheiro Beltrão, a política municipal de atenção, atendimento prioritário e proteção integral às pessoas diagnosticadas com fibromialgia, assegurando-lhes acesso adequado e humanizado aos serviços públicos e privados.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se pessoa com fibromialgia aquela que apresentar laudo médico emitido por profissional habilitado, confirmando o diagnóstico conforme parâmetros clínicos e científicos reconhecidos pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde.

**CAPÍTULO II  
DOS DIREITOS E PRIORIDADES**

Art. 3º. As pessoas com fibromialgia terão atendimento preferencial e prioritário nos seguintes serviços:

I – unidades básicas de saúde, hospitais, centros de especialidades e farmácias municipais;

II – estabelecimentos públicos e privados que prestem serviços de atendimento ao público;

III – instituições financeiras, comerciais e de prestação de serviços;

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

IV – órgãos e repartições públicas municipais;  
V – estabelecimentos públicos e privados, com reserva de vagas devidamente sinalizadas.

§ 1º. O atendimento prioritário abrangerá consultas médicas, odontológicas, fisioterapêuticas, psicológicas, além de encaminhamentos e autorizações de exames e tratamentos.

§ 2º. As pessoas com fibromialgia terão direito ao fornecimento gratuito de medicamentos de uso contínuo, conforme prescrição médica e disponibilidade na rede pública de saúde.

§ 3º. O Poder Executivo deverá garantir, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, equipe multidisciplinar para o acompanhamento integral dos pacientes diagnosticados com fibromialgia.

**CAPÍTULO III  
DA IDENTIFICAÇÃO E DO ACESSO**

Art. 4º. O reconhecimento do direito ao atendimento prioritário será comprovado mediante a apresentação de Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Fibromialgia, emitida gratuitamente pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º. A carteira terá validade de 5 (cinco) anos, podendo ser renovada mediante atualização de laudo médico.

§ 2º. O documento conterá nome completo, número do CPF, fotografia, data de validade e a expressão "PESSOA COM FIBROMIALGIA – ATENDIMENTO PRIORITÁRIO".

**CAPÍTULO IV  
DAS PENALIDADES**

Art. 5º. O descumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

I – advertência por escrito;  
II – multa administrativa, conforme regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo Municipal.

**Parágrafo único.** A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada pelos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal, conforme regulamentação a ser realizada pelo Poder Executivo.

**CAPÍTULO V  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 6º. Fica instituído o dia 12 de maio como o "Dia Municipal de Conscientização da Fibromialgia", data em que poderão ser realizadas campanhas de orientação e sensibilização sobre a doença.

Art. 7º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei de acordo com as necessidades pertinentes.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pelo Município: Sidnei Polato, 25 de novembro de 2025.

Adailson José Garbin Junior  
Prefeito Municipal

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº 75/2025

INSTITUI E PADRONIZA AS MINUTAS DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO DE BENS (COMPRAS), DE ENGENHEIRO BELTRÃO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

O Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais:

Considerando o art. 19, IV, e art. 4º, §2º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que determinam a padronização das minutas de edital e contrato;

Considerando o princípio da eficiência, que impõe à Administração o dever de buscar celeridade e racionalização processual;

Considerando os critérios de avaliação do Programa de Transparência e Governança Pública (Progov) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TC/PR);

**D E C R E T A :**

Art. 1º. Ficam aprovadas as Minutas-Padrão de Termo de Contrato Administrativo, nos termos dos Anexos deste Decreto, para uso obrigatório nas contratações do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, ficam estabelecidos os seguintes modelos:

I - Anexo I: Minuta-Padrão para Contratação de Serviços Continuados (Sist. Dedicado Exclusivo de Mão de Obra);

II - Anexo II: Minuta-Padrão para Aquisição de Bens (Compras);

III - Anexo III: Minuta-Padrão para Serviços de Engenharia;

IV - Anexo IV: Minuta-Padrão para Contratação de Serviços de Manutenção de Bens (Compras).

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º. As minutas-padrão deverão ser utilizadas pela Procuradoria Jurídica e pelos setores de licitação e contratos em todos os processos licitatórios e de contratação direta, salvo justificativa técnica e jurídica para o uso de modelo diverso, quando necessário, bem como, quando for utilizado edital fornecido por outros entes públicos, com recursos Federais e Estaduais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pelo Município: Sidnei Polato, 25 de novembro de 2025.

Adailson José Garbin Junior  
Prefeito Municipal

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO I - DECRETO MUNICIPAL Nº 75/2025

MINUTA-PADRÃO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO SERVIÇOS CONTINUADOS

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
SERVIÇOS - LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/20xx  
(Processo Licitatório nº xxx/20xx)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/20xx, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO/PR E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

O MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede na Rua Manoel Ribas nº 160, Paço Municipal Sidnei Polato, na cidade de Engenheiro Beltrão/PR, inscrita no CNPJ sob nº 78.950.039/0001-21, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – SSP/PR, na cidade de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, no uso de suas atribuições, doravante denominado CONTRATANTE, e a(s) empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – xxx, na cidade de xxxxxxxxxxxxxxxxx, Estado do Paraná, representada pelo(s) Sr(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, expedida pelo (s) SSP/PR, e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº xxx/20xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº xxx/20xx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I, e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	Vincular esta contratação, independentemente de transição:				
1.2	O Termo de Referência;				
1.3	O Edital de Licitação;				
1.4	A Proposta de contratação;				
1.5	Eventuais anexos dos documentos supracitados.				

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO** ..... contados do(a) ..... na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... meses, prorrogando-se automaticamente, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base (data da proposta), mediante aplicação do Índice (Deflator) do Índice de INPC/IBGE ou (IPCA/IBGE).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação pelo contratado do índice ..... (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Não serão reajustados subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente (ao longo sejam) divulgado(s) o(s) índice(s) deflacionário(s).

7.5. Nas alterações finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) deflacionário(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) substituído(s), em substituição, o(s) que vierem(ã) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8. **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Vigiar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.3. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a data de entrega da prestação de serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à segurança Social; 2) certidão negativa de débitos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certificação que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrito do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a data de entrega da prestação de serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à segurança Social; 2) certidão negativa de débitos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certificação que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrito do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a data de entrega da prestação de serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à segurança Social; 2) certidão negativa de débitos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certificação que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrito do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente improcedentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.15. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter pronto e atualizado o cadastro no sistema de gestão de bens, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica, sob o risco de serem verificadas, deficiências ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser exercida pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da função.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, III), e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.5. Atocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.6. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contrato, as coisas que se verificarem viciadas, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, obrigados, prepostos ou parentes em linha reta, colateral ou indireta, a partir da apresentação da proposta, a qualquer empresa ou profissional que tenha sido contratado pelo órgão, entidade ou autoridade superior, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a data de entrega da prestação de serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à segurança Social; 2) certidão negativa de débitos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certificação que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrito do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Contrato, Convênio, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente improcedentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.15. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter pronto e atualizado o cadastro no sistema de gestão de bens, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica, sob o risco de serem verificadas, deficiências ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser exercida pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da função.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, III), e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.5. Atocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.6. Reparar, corrigir, renovar, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contrato, as coisas que se verificarem viciadas, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, obrigados, prepostos ou parentes em linha reta, colateral ou indireta, a partir da apresentação da proposta, a qualquer empresa ou profissional que tenha sido contratado pelo órgão, entidade ou autoridade superior, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a data de entrega da prestação de serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à segurança Social; 2) certidão negativa de débitos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certificação que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrito do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Contrato, Convênio, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com inteira observância às normas da contratação, particularmente, cumprindo as determinações das Podens Públicas, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Substituir imediatamente, por escrito, as Contratadas, para análise e aprovação, qualquer mudança nos métodos executivos que fiquem às especificações do memorial descritivo ou instrumento contratual.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para o ensino de uma atividade profissional, ou menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para o pessoal com deficiência, para reabilitação de pessoas com deficiência e para atender, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.22. Manter sigilo sobre todos os dados, documentos e elementos de informação pertencentes à tecnologia de informação, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais: (a) ..... (inserei endereços);

9.24.1. O técnico deverá se deslocar ao local da reparação, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de ..... (inserei distância conforme avaliação técnica) do local demandado;

9.25. Realizar a contratação com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, em termos de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou de nova empresa que continuará a execução dos serviços.

9.26. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado pelo Contratante ou por terceiros, sem necessidade de nova autorização do Contratante.

9.27. Comunicar ao Contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

9.28. Considerando que o projeto contratado se refere a obra material de caráter tecnológico, institui-se, para fins de garantia, a cessação dos direitos a que se refere o subitem acima incluído o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertencentes à tecnologia de informação, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.29. O prazo de vigência da contratação é de ..... meses, prorrogando-se automaticamente, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

9.30. O prazo de vigência da contratação é de ..... meses, prorrogando-se automaticamente, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente quando não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, responsabilidades e consequências decorrentes da LGPD.

10.7. O contratado deverá garantir a segurança e a integridade dos dados pessoais, bem como o acesso aos dados pessoais, devendo ser adotadas as medidas necessárias para garantir a segurança dos dados pessoais.

10.8. O contratado deverá garantir a segurança e a integridade dos dados pessoais, bem como o acesso aos dados pessoais, devendo ser adotadas as medidas necessárias para garantir a segurança dos dados pessoais.

10.9. O contratado deverá garantir a segurança e a integridade dos dados pessoais, bem como o acesso aos dados pessoais, devendo ser adotadas as medidas necessárias para garantir a segurança dos dados pessoais.

10.10. Os referidos bancos de dados deverão ser armazenados em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, emitidas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e condições de que trata o 1º do art. 2º da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

a) de causa à inexecução parcial do contrato;

b) de causa à inexecução total do contrato;

c) de causa à inexecução total do contrato;

d) de causa à inexecução total do contrato;

e) de causa à inexecução total do contrato;

f) de causa à inexecução total do contrato;

g) de causa à inexecução total do contrato;

h) de causa à inexecução total do contrato;

i) de causa à inexecução total do contrato;

j) de causa à inexecução total do contrato;

k) de causa à inexecução total do contrato;

l) de causa à inexecução total do contrato;

m) de causa à inexecução total do contrato;

n) de causa à inexecução total do contrato;

o) de causa à inexecução total do contrato;

p) de causa à inexecução total do contrato;

q) de causa à inexecução total do contrato;

r) de causa à inexecução total do contrato;

s) de causa à inexecução total do contrato;

t) de causa à inexecução total do contrato;

u) de causa à inexecução total do contrato;

v) de causa à inexecução total do contrato;

w) de causa à inexecução total do contrato;

x) de causa à inexecução total do contrato;

y) de causa à inexecução total do contrato;

z) de causa à inexecução total do contrato;

aa) de causa à inexecução total do contrato;

ab) de causa à inexecução total do contrato;

ac) de causa à inexecução total do contrato;

ad) de causa à inexecução total do contrato;

ae) de causa à inexecução total do contrato;

af) de causa à inexecução total do contrato;

ag) de causa à inexecução total do contrato;

ah) de causa à inexecução total do contrato;

ai) de causa à inexecução total do contrato;

aj) de causa à inexecução total do contrato;

ak) de causa à inexecução total do contrato;

al) de causa à inexecução total do contrato;

am) de causa à inexecução total do contrato;

an) de causa à inexecução total do contrato;

ao) de causa à inexecução total do contrato;

ap) de causa à inexecução total do contrato;

aq) de causa à inexecução total do contrato;

ar) de causa à inexecução total do contrato;

as) de causa à inexecução total do contrato;

at) de causa à inexecução total do contrato;

au) de causa à inexecução total do contrato;

av) de causa à inexecução total do contrato;

aw) de causa à inexecução total do contrato;

ax) de causa à inexecução total do contrato;

ay) de causa à inexecução total do contrato;

az) de causa à inexecução total do contrato;

ba) de causa à inexecução total do contrato;

bb) de causa à inexecução total do contrato;

bc) de causa à inexecução total do contrato;

bd) de causa à inexecução total do contrato;

be) de causa à inexecução total do contrato;

bf) de causa à inexecução total do contrato;

bg) de causa à inexecução total do contrato;

bh) de causa à inexecução total do contrato;

bi) de causa à inexecução total do contrato;

bj) de causa à inexecução total do contrato;

bk) de causa à inexecução total do contrato;

bl) de causa à inexecução total do contrato;

bm) de causa à inexecução total do contrato;

bn) de causa à inexecução total do contrato;

bo) de causa à inexecução total do contrato;

bp) de causa à inexecução total do contrato;

bq) de causa à inexecução total do contrato;

br) de causa à inexecução total do contrato;

bs) de causa à inexecução total do contrato;

bt) de causa à inexecução total do contrato;

bu) de causa à inexecução total do contrato;

bv) de causa à inexecução total do contrato;

bw) de causa à inexecução total do contrato;

bx) de causa à inexecução total do contrato;

by) de causa à inexecução total do contrato;

bz) de causa à inexecução total do contrato;

ca) de causa à inexecução total do contrato;

cb) de causa à inexecução total do contrato;

cc) de causa à inexecução total do contrato;

cd) de causa à inexecução total do contrato;

ce) de causa à inexecução total do contrato;

cf) de causa à inexecução total do contrato;

cg) de causa à inexecução total do contrato;

ch) de causa à inexecução total do contrato;

ci) de causa à inexecução total do contrato;

cj) de causa à inexecução total do contrato;

ck) de causa à inexecução total do contrato;

cl) de causa à inexecução total do contrato;

cm) de causa à inexecução total do contrato;

cn) de causa à inexecução total do contrato;

co) de causa à inexecução total do contrato;

cp) de causa à inexecução total do contrato;

cq) de causa à inexecução total do contrato;

cr) de causa à inexecução total do contrato;

cs) de causa à inexecução total do contrato;

ct) de causa à inexecução total do contrato;

cu) de causa à inexecução total do contrato;

cv) de causa à inexecução total do contrato;

cw) de causa à inexecução total do contrato;

cx) de causa à inexecução total do contrato;

cy) de causa à inexecução total do contrato;

cz) de causa à inexecução total do contrato;

da) de causa à inexecução total do contrato;

db) de causa à inexecução total do contrato;

dc) de causa à inexecução total do contrato;

dd) de causa à inexecução total do contrato;

de) de causa à inexecução total do contrato;

df) de causa à inexec







9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Engenheiro Beltrão/PR, XX de XXXXXXXXX de 2.025.

Órgão gerenciador:

MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO

Adalmir José Garbim Junior

Prefeito Municipal

Fornecedor:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Administrador

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

PORTARIA N.º 295/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

CONCEDER, aos servidores abaixo relacionados, suas férias regulares pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de Dezembro de 2025 a 30 de Dezembro de 2025, quando deverá reassumir suas funções normais, férias relativas ao período de 2025/2026.

Cleide Rodrigues dos Santos

Luzimar Aparecida Godoy

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Paço Municipal Sidnei Polato, 25 de Novembro de 2025.

Adalmir José Garbim Junior

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 296/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

CONCEDER, ao servidor Carlos Amaro Martins, Cargo em Comissão Diretor Administrativo, suas férias regulares pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de Dezembro de 2025 a 30 de Dezembro de 2025, quando deverá reassumir suas funções normais, férias relativas ao período de 2023/2024.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Paço Municipal Sidnei Polato, 25 de Novembro de 2025.

Adalmir José Garbim Junior

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 297/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

CONCEDER, ao servidor Robison Carlos Geovani, MIUSupervisor Administrativo de Saúde, suas férias regulares pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de Dezembro de 2025 a 30 de Dezembro de 2025, quando deverá reassumir suas funções normais, férias relativas ao período de 2024/2025.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Paço Municipal Sidnei Polato, 25 de Novembro de 2025.

Adalmir José Garbim Junior

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 298/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

CONCEDER, a servidora Josiani Helena Pena, Recepcionista/Operadora Administrativa, suas férias regulares pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de Dezembro de 2025 a 30 de Dezembro de 2025, quando deverá reassumir suas funções normais, férias relativas ao período de 2022/2023.

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Paço Municipal Sidnei Polato, 25 de Novembro de 2025.

Adalmir José Garbim Junior

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3919/2025

CONSIDERANDO a importância do mapeamento dos riscos fiscais decorrentes de ações judiciais no Município;

CONSIDERANDO a necessidade de a Procuradoria-Geral do Município prestar informações para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os critérios utilizados pela Procuradoria-Geral do Município na elaboração dessas informações;

Súmula: Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados pela Procuradoria-Geral do Município na prestação de informações sobre ações judiciais que possam representar riscos fiscais ao Município de BOA ESPERANÇA-PR, suas autarquias ou fundações públicas.

JOEL CELSO BUSCARIOL, Prefeito Municipal de Boa Esperança, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO sobre a regulamentação do inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, para fins legais:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os critérios e os procedimentos a serem adotados pela Procuradoria-Geral do Município para prestar informações sobre ações judiciais que possam representar riscos fiscais ao Município de Boa Esperança-PR, suas Autarquias e Fundações Públicas.

§1º Este Decreto aplica-se aos órgãos de atuação institucional da Procuradoria-Geral do Município que atuam em processos judiciais.

§2º As ações judiciais cujo eventual impacto financeiro seja estimado em valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) serão classificadas conforme o risco, de acordo com os critérios estabelecidos neste Decreto.

§3º Quando houver multiplicidade de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito, serão considerados os casos cujo impacto

financeiro estimado da soma das ações judiciais for igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 2º. Para os efeitos deste Decreto considera-se:

I- Risco Fiscal: a possibilidade de as demandas judiciais impactarem negativamente a receita ou as despesas públicas;

II- Risco Provável: quando a chance de impacto é maior do que a de não ocorrer;

III- Risco Possível: quando a chance é menor que provável, mas maior que remota;

IV- Risco Remoto: quando a chance é pequena;

V- Precedentes Vinculantes: decisões proferidas pelo STF, STJ, TST, TRF4 e TJPB nos instrumentos vinculantes citados;

VI- Jurisprudência consolidada: decisões reiteradas, ainda que não vinculantes.

§1º A Procuradoria informará à Secretaria de Fazenda os valores de riscos prováveis e possíveis, orientando sua integração ao Anexo de Riscos Fiscais da LDO.

§2º A Procuradoria orientará sobre a necessidade de provisionamento orçamentário.

§3º Não integram as informações as despesas já previstas como atividades ordinárias, mesmo que decorrentes de ordem judicial.

§4º Excluem-se ações:

I- com título judicial inválido ou suspenso;

II- com condenação já cumprida ou requisitada.

Art. 3º. A ação judicial será classificada como Risco Provável quando:

I- tramitar em Juizado Especial com jurisprudência consolidada desfavorável;

II- houver autorização para não contestar ou recorrer;

III- houver súmula ou parecer da Procuradoria no mesmo sentido da parte contrária;

IV- houver decisão vinculante desfavorável;

V- tiver transitado em julgado e estiver em execução.

§1º Excetua-se o inciso I quando suspensa por IAC, IRDR ou RE com repercussão geral.

§2º Excetua-se o inciso V se pendente de embargos de declaração (nesse caso, risco possível).

Art. 4º - Será Risco Possível quando:

I- tramitar em Juizado Especial e não se enquadrar no art. 3º;

II- tramitar em Tribunal Superior com jurisprudência desfavorável;

III- tramitar em Tribunal Estadual/Regional com jurisprudência consolidada contrária e sem repetitivo pendente.

Art. 5º. Será Risco Remoto quando não se enquadrar nos arts. 3º e 4º.

§1º Excepcionalmente, mediante justificativa, poderão ser incluídas outras ações.

§2º Poderão ser consideradas ações:

I- de grande repercussão econômica;

II- de impacto nas finanças públicas e na LRF;

III- indicadas pelo Conselho de Procuradores;

Art. 6º. Risco provável incluído no orçamento anterior e não pago deve ser mantido no orçamento seguinte.

Parágrafo único. O relatório deve indicar a manutenção para evitar duplicidade.

Art. 7º. A composição do impacto financeiro será:

I- nas condenações de pagamento, soma das parcelas vencidas e vincendas;

II- nas perdas de arrecadação, soma das reduções estimadas (1 ano futuro e 5 anos pretéritos);

III- em ações de controle concentrado, consequências jurídicas que impliquem nulidade ou suspensão de normas arrecadatórias ou desoneração de despesas contínuas.

Art. 8º. Compete ao Conselho de Procuradores elaborar e atualizar trimestralmente lista das ações judiciais com riscos fiscais, contendo:

I- número do processo;

II- descrição;

III- classificação do risco;

IV- valor estimado.

§1º O Conselho de Procuradores definirá a metodologia de classificação e mensuração.

§2º Os procuradores designados elaborarão o Relatório de Riscos Fiscais, conforme modelo do Anexo Único.

§3º O relatório será encaminhado ao Gabinete do Prefeito e à Secretaria de Finanças e Planejamento até a primeira quinzena de abril de cada ano.

§4º A elaboração deve considerar dados do relatório anterior.

Art. 9º. A estimativa de impacto financeiro será baseada nos elementos dos processos e nas informações dos órgãos envolvidos.

§1º Poderá ser solicitada colaboração dos órgãos e autarquias.

§2º Pode ser usada base de dados da Procuradoria.

§3º Poderá ser requisitado laudo técnico, com justificativa.

§4º A estimativa deve ser fundamentada e indicar fontes.

§5º Quando impossível estimar, devem ser justificadas as razões.

Art. 10. Na análise de ações coletivas, poderá haver procedimento específico conjunto para apuração do número de beneficiários e montante envolvido.

Art. 11. Fica autorizada a inclusão de outros dados, especialmente valores de RPV e precatórios pagos em períodos anteriores.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Boa Esperança-PR, 26 de novembro de 2025.

JOEL CELSO BUSCARIOL:7232801

Assinado de forma digital por JOEL CELSO BUSCARIOL:7232801

Boa Esperança-PR, 26 de novembro de 2025

Joel Celso Buscariol

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

MODELO DE RELATÓRIO DE RISCOS FISCAIS DECORRENTES DE AÇÕES JUDICIAIS

RELATÓRIO Nº XX[ANO]

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 1º Trimestre de [ANO]

DATA DE EMISSÃO: [DATA]

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório é elaborado em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº XXX, de [DATA], que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela Procuradoria-Geral do Município na prestação de informações sobre ações judiciais que possam representar riscos fiscais ao Município de Boa Esperança-PR, suas autarquias ou fundações públicas.

Este documento visa fornecer os subsídios necessários à elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como orientar a Secretaria Municipal de Fazenda quanto aos valores que precisam ser provisionados no orçamento do Município para o exercício financeiro seguinte.

2. METODOLOGIA

A classificação dos riscos fiscais foi realizada de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº XXX, de [DATA], considerando as seguintes categorias:

Risco Provável: risco em que a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer com impacto nos recursos públicos no exercício financeiro seguinte é maior do que a de não ocorrer;

Risco Possível: risco em que a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer com impacto nos recursos públicos no exercício financeiro seguinte é menor que provável, mas maior que remota;

Risco Remoto: risco em que a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer com impacto nos recursos públicos no exercício financeiro seguinte é pequena.

Foram consideradas para análise e classificação as ações judiciais cujo eventual impacto financeiro seja estimado em valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme estabelecido no §2º do art. 1º do

referido Decreto, bem como a soma das ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito que atinjam este valor.

3. RESUMO EXECUTIVO

O levantamento realizado pela Procuradoria-Geral do Município aponta os seguintes valores totais de riscos fiscais decorrentes de ações judiciais:

Classificação de Risco	Quantidade de Processos	Valor Total Estimado (R\$)
Provável	XX	R\$ XXX.XXX,XX
Possível	XX	R\$ XXX.XXX,XX
Remoto	XX	R\$ XXX.XXX,XX
TOTAL	XX	R\$ XXX.XXX,XX

4. DETALHAMENTO DOS RISCOS FISCAIS CLASSIFICADOS COMO PROVÁVEIS

Nº do Processo	Descrição do Processo/Tema	Fundamento da Classificação	Valor Estimado (R\$)	Observações
XXXX-XX.XXXX.X.XX.XXX.X	[Descrição resumida]	[Art. 3º, inciso XX]	R\$ XXX.XXX,X X	[Informações adicionais]
XXXX-XX.XXXX.X.XX.XXX.X	[Descrição resumida]	[Art. 3º, inciso XX]	R\$ XXX.XXX,X X	[Informações adicionais]
TOTAL			R\$ XXX.XXX,X X	

4.1 Processos com Risco Provável Mantidos do Exercício Anterior

Nº do Processo	Descrição do Processo/Tema	Valor Exercício Anterior (R\$)	Valor Atualizado (R\$)	Observações
XXXX-XX.XXXX.X.XX.XXX.X	[Descrição resumida]	R\$ XXX.XXX,X X	R\$ XXX.XXX,X X	[Informações adicionais]
XXXX-XX.XXXX.X.XX.XXX.X	[Descrição resumida]	R\$ XXX.XXX,X X	R\$ XXX.XXX,X X	[Informações adicionais]
TOTAL		R\$ XXX.XXX,X X	R\$ XXX.XXX,X X	

5. DETALHAMENTO DOS RISCOS FISCAIS CLASSIFICADOS COMO POSSÍVEIS

Nº do Processo	Descrição do Processo/Tema	Fundamento da Classificação	Valor Estimado (R\$)	Observações
XXXX-XX.XXXX.X.XX.XXX.X	[Descrição resumida]	[Art. 4º, inciso XX]	R\$ XXX.XXX,X X	[Informações adicionais]
XXXX-XX.XXXX.X.XX.XXX.X	[Descrição resumida]	[Art. 4º, inciso XX]	R\$ XXX.XXX,X X	[Informações adicionais]
TOTAL			R\$ XXX.XXX,X X	

6. AÇÕES COLETIVAS COM IMPACTO RELEVANTE

Nº do Processo	Descrição da Ação	Classificação de Risco	Nº Estimado de Beneficiários	Valor Total Estimado (R\$)
XXXX-XX.XXXX.X.XX.XXX.X	[Descrição resumida]	[Provável/Possível]	XX	R\$ XXX.XXX,X X
XXXX-XX.XXXX.X.XX.XXX.X	[Descrição resumida]	[Provável/Possível]	XX	R\$ XXX.XXX,X X
TOTAL			XX	R\$ XXX.XXX,X X

7. INFORMAÇÕES SOBRE REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR E PRECATÓRIOS

Ano	Valor Total Pago em RPVs (R\$)	Valor Total Pago em Precatórios (R\$)	Total (R\$)
[ANO-3]	R\$ XXX.XXX,XX	R\$ XXX.XXX,XX	R\$ XXX.XXX,XX
[ANO-2]	R\$ XXX.XXX,XX	R\$ XXX.XXX,XX	R\$ XXX.XXX,XX
[ANO-1]	R\$ XXX.XXX,XX	R\$ XXX.XXX,XX	R\$ XXX.XXX,XX
Média	R\$ XXX.XXX,XX	R\$ XXX.XXX,XX	R\$ XXX.XXX,XX

8. CONSIDERAÇÕES SOBRE METODOLOGIA DE MENSURAÇÃO DOS IMPACTOS

Para a mensuração dos impactos financeiros dos riscos fiscais decorrentes de ações judiciais foram utilizados os seguintes critérios, conforme o art. 7º do Decreto Municipal nº XXX[ANO]:

Condenações de pagamento: soma das parcelas vencidas e vincendas conforme condenação judicial;

Perda de arrecadação: estimativa de 1 (um) ano para o futuro e 5 (cinco) anos de parcelas pretéritas;

Controle concentrado de constitucionalidade: consequências jurídicas diretas que impliquem nulidade ou suspensão de normas arrecadatórias.

Em [XX] casos não foi possível estimar com razoável segurança o impacto financeiro devido a [JUSTIFICATIVAS]. Esses processos serão reavaliados no próximo relatório trimestral.

9. RECOMENDAÇÕES À SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Considerando os riscos fiscais identificados neste relatório, a Procuradoria-Geral do Município recomenda:

O provisionamento no orçamento do exercício [ANO+1] do valor de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso) referente aos riscos classificados como prováveis;

A inclusão no Anexo de Riscos Fiscais da LDO do exercício [ANO+1] dos valores classificados como riscos possíveis, no montante de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso);

[Outras recomendações específicas, se houver].

10. CONCLUSÃO

O presente relatório indica um valor total de riscos prováveis de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso), representando [XX]% do orçamento anual do Município.

Comparado ao relatório do exercício anterior, verifica-se [aumento/diminuição] de [XX]% no montante de riscos prováveis.

Os processos classificados como de risco possível totalizam R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso), o que indica a necessidade de monitoramento constante da evolução dessas ações judiciais.

Boa Esperança-PR xx de XXXX de XXXX

[NOME DO PROCURADOR RESPONSÁVEL]

Procurador(a) Municipal Responsável pela Elaboração

JOEL CELSO BUSCARIOL:72328010920

Assinado de forma digital por JOEL CELSO BUSCARIOL:72328010920

Dados: 2025.11.26 17:19:55 -03'00'

Joel Celso Buscariol

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3920/2025

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.830/1980;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um rito processual interno para a cobrança judicial.

Súmula: Regulamenta o processo e os procedimentos para a Cobrança Judicial da Dívida Ativa do Município Boa Esperança-PR, define critérios de viabilidade e racionalidade, e estabelece medidas para prevenção da prescrição.

JOEL CELSO BUSCARIOL, Prefeito Municipal de Boa Esperança, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO sobre a regulamentação do inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, para fins legais:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DAS ETAPAS

Art. 1º Este Decreto regulamenta o processo de cobrança judicial dos créditos fiscais e não fiscais inscritos em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria-Geral do Município (PGM).

Art. 2º O processo de cobrança judicial compreende as seguintes etapas, instrumentos e responsáveis:

I - Etapas:

a) Análise de Viabilidade Técnica e Jurídica;

b) Definição do Valor Mínimo de Ajuizamento;

c) Ajuizamento da Execução Fiscal;

d) Impulso processual e uso de instrumentos de constrição (Bacenjud, Renajud, etc.);

e) Monitoramento da prescrição intercorrente;

f) Adoção de soluções alternativas (Transação).

II - Responsáveis: A condução do processo de cobrança judicial é de responsabilidade exclusiva da Procuradoria-Geral do Município (PGM).

CAPÍTULO II

DA ANÁLISE PRÉVIA E DO AJUIZAMENTO

Art. 3º Ao receber o processo de cobrança administrativa da Secretaria de Finanças e Planejamento, contendo a Certidão de Dívida Ativa (CDA), a PGM realizará a Análise Prévia de Viabilidade Técnica e Jurídica.

Art. 4º A Análise de Viabilidade verificará, no mínimo:

I - A correção formal da CDA (requisitos legais);

II - A inocorrência da prescrição originária do crédito;

III - A correta identificação do devedor e seu domicílio;

IV - A existência de índices de bens penhoráveis ou solvência do devedor;

V - A relação custo-benefício da cobrança judicial, especialmente para créditos de pequeno valor.

Art. 5º Fica estabelecido o valor mínimo de dois salários mínimos para o ajuizamento de Execuções Fiscais.

§ 1º Os créditos abaixo do valor mínimo definido no caput não serão ajuizados, devendo a PGM devolvê-los à Secretaria de Finanças e Planejamento para que sejam mantidos em cobrança administrativa permanente (Protesto, SPC/SERASA, CADIN) ou arquivados, sem prejuízo de futuro ajuizamento em caso de alteração patrimonial do devedor ou acúmulo de débitos que superem o mínimo.

§ 2º A regra do caput não se aplica caso o crédito seja inferior ao mínimo, mas integre um conjunto de débitos do mesmo devedor cuja soma ultrapasse o limite.

Art. 6º A PGM deverá promover o ajuizamento da Execução Fiscal no prazo de vigência do Crédito Tributário, devendo o Procurador responsável responsabilizar-se pelos créditos considerados prescritos ou decalidos no caso

de culpa grave e nas hipóteses onde era obrigatória a execução do crédito Tributário.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO PROCESSUAL E PRESCRIÇÃO

Art. 7º Compete ao Procurador responsável pelo feito adotar todas as medidas judiciais e instrumentos necessários à satisfação do crédito, incluindo o uso dos sistemas de pesquisa patrimonial (Bacenjud/Sisbajud, Renajud, Infojud, etc.).

Art. 8º Compete à PGM estabelecer rotinas internas de controle para prevenir a ocorrência da prescrição intercorrente, cevedo, no mínimo:

I - Realizar rotinas de verificação de prazos de processos judiciários parados por mais de 6 (seis) meses;

II - Realizar monitoramento periódico dos processos suspensos (Art. 40 da LEF) para requisitar novas diligências;

III - Comunicar-se formalmente com a Secretaria de Finanças e Planejamento para solicitar informações atualizadas sobre o patrimônio ou endereço do devedor, quando necessário.

CAPÍTULO IV

DAS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS E ENCARGOS

Art. 9º Fica a Procuradoria-Geral do Município autorizada a celebrar Transação Tributária em ações de execução fiscal, visando à regularização de débitos classificados como de difícil recuperação ou de pequeno valor (abaixo do limite do Art. 5º).

Parágrafo único. Os termos da transação (descontos, prazos) serão definidos em ato normativo próprio da PGM, observada a legislação municipal.

Art. 10. O ajuizamento da execução fiscal (ou o protesto extrajudicial) implicará na majoração dos encargos sobre o débito, nos exatos termos do que dispõe o Código Tributário Municipal se aplicável.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A PGM manterá o a Secretaria de Finanças e Planejamento informada sobre o andamento das execuções fiscais, para fins de baixa de débitos pagos ou cancelados.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Esperança-PR, 26 de novembro de 2025.

JOEL CELSO BUSCARIOL:72328010920

Assinado de forma digital por JOEL CELSO BUSCARIOL:72328010920

Dados: 2025.11.26 17:19:55 -03'00'

Joel Celso Buscariol

Prefeito Municipal

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 016/2025

O município de Boa Esperança, através da Comissão nomeada pela portaria 215/2014, com fundamento legal na Lei Federal 14.133/2021 comunica:

Objeto: Adesão a Atas Registro de Preços nº 001/2024, conduzida pelo Consórcio Intermunicipal Piquiri para Aquisição de Emulsão asfáltica RR-2C

Lote	Qt	Descrição	Valor Unit	Valor Total
1	20 toneladas	Aquisição de emulsão asfáltica RR-2C para execução de pavimentação asfáltica e manutenção de vias pavimentadas tipo: tratamento superficial tipo - TST - Eventual e Paralela	4.208,22	84.124,40

Docos. necessários: conforme Pregão eletrônico de origem.

Detalhes informações através do Portal transparência do Município ou diretamente com setor de licitações através do e-mail [licitacao@boaesperanca.org.br](mailto:licitacao@boaesperanca.org.br).

Boa Esperança, 26 novembro de 2025.

Portaria 215/2024

Comissão de Contratação Direta





DISPONÍVEL TAMBÉM ONLINE

ORDEM DE LEITURA

# EDITAIS

QUINTA-FEIRA,  
27 DE NOVEMBRO DE 2025  
EDIÇÃO Nº 11.396

**TRIBUNA**  
DO INTERIOR

**5**

**Quinta do Sol**

Gestão 2025/2028

PORTARIA Nº 255/2025

Dispõe sobre a cessão de Servidor Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Quinta do Sol, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Autorizar a cessão do Servidor, Luana Campos Silva, ocupante do cargo de Zeladora, inscrito no CPF sob o nº \*\*\*\*-265-\*\*, matrícula nº 124161, para exercer as funções no Prédio da Câmara Municipal de Vereadores (Poder Legislativo), desta cidade de Quinta do Sol, Estado do Paraná, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar do dia 18 de novembro de 2025, com ônus para com o órgão Partícipe Interviente (Poder Executivo), nos termos da legislação vigente e do termo de Cooperação Técnica firmado entre os poderes.

**Art. 2º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, estando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;  
Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, 19 de novembro de 2025.

LEONARDO LAZZARETTI ROMERO  
Prefeito Municipal

**Quinta do Sol**

Gestão 2025/2028

PORTARIA Nº 257/2025

Designa a Servidora, e dá outras providências para os Serviços Públicos em Saúde.

O Prefeito Municipal de Quinta do Sol, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear a servidora abaixo designada a exercer as funções de Coordenadora da Atenção Primária vinculada ao Fundo Municipal de Saúde de Quinta do Sol, respondendo por todos os processos que envolvam atualização das demandas em atenção Primária a saúde dentro do município de Quinta do Sol e ainda coordenando as solicitações e execuções das ações de prevenção em Atenção Primária em saúde provenientes do Governo do Estado por meio da 11ª região de Saúde

- Izabel Cristina de Oliveira;

**Art. 2º** - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades em saúde do Município.

Publique-se;  
Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, 24 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazaretti Romero  
Prefeito Municipal de Quinta do Sol

**Quinta do Sol**

Gestão 2025/2028

PORTARIA Nº 258/2025

Designa a Servidora, e dá outras providências para os Serviços Públicos em Saúde.

O Prefeito Municipal de Quinta do Sol, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Nomear a servidora abaixo designada a exercer as funções de coordenadora oficial para elaboração, revisão e atualização dos Protocolos de encaminhamento, agendamento e de priorização de atendimentos e Protocolos referentes ao encaminhamento de usuários para tratamento fora do domicílio (TFD) na Atenção Especializada respondendo por todos os processos que envolvam atualização das demandas do setor de regulação, desde o encaminhamento para centros de tratamento especializado bem como o transporte para a realização do mesmo.

- Tatiane Cristina Gomes
- Adriano Ferreira Neves;

**Art. 2º** - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades em saúde do Município.

Publique-se;  
Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, 24 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazaretti Romero

**Quinta do Sol**

Gestão 2025/2028

PORTARIA Nº 259/2025

Designa a Servidora, e dá outras providências para os Serviços Públicos em Saúde.

O Prefeito Municipal de Quinta do Sol, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designada a servidora abaixo mencionada a exercer as funções de monitoramento e avaliação das diretrizes, objetivos e metas do PMS vigente e contribuir na elaboração do próximo auxílio nas demandas necessárias para o serviço público de saúde municipal.

- Tatiane Cristina Gomes - Diretora da UBS CENTRO.

**Art. 2º** - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades em saúde do Município.

Publique-se;  
Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, 25 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazaretti Romero  
Prefeito Municipal de Quinta do Sol

**Quinta do Sol**

Gestão 2025/2028

PORTARIA Nº 260/2025

Designa os Servidores, e dá outras providências para os Serviços Públicos em Saúde.

O Prefeito Municipal de Quinta do Sol, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designa a servidora abaixo mencionada por elaborar, revisar e atualizar os Protocolos, Normas e Regulamentos das Unidades Básicas de Saúde do Município, bem como monitorar e avaliar a execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelos documentos elaborados e todos os processos que envolvam atualização das demandas em saúde.

- Nathana Naya Targino;

**Art. 2º** - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades em saúde do Município.

Publique-se;  
Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, 25 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazaretti Romero  
Prefeito Municipal de Quinta do Sol

**Quinta do Sol**

Gestão 2025/2028

LEI Nº 1520/2025

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 17.500,00 (Dezessete Mil e Quinhentos Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
09-ÓRGÃO	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
11-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08	ASSISTENCIA SOCIAL		
08241	ASSISTENCIA A PESSOA IDOSA		
082410009	GESTÃO DA AÇÃO SOCIAL		
082410009.0.053000	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		
3.3.50.43.00.00.00(293)	SUBVENÇÕES SOCIAIS	390 0	R\$ 9.157,91
3.3.50.43.00.00.00(293)	SUBVENÇÕES SOCIAIS	900	R\$ 8.342,09
TOTAL			R\$ 17.500,00

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 17.500,00, sendo que R\$ 9.157,91 provenientes Superávit Financeiro na fonte 3900 e R\$ 8.342,09 de Excesso de Arrecadação na fonte 900 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. I e II da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes desta Lei ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Lázaro da Costa, Quinta do Sol, 26 de Novembro de 2025.

LEONARDO LAZZARETTI ROMERO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Quinta do Sol**

Gestão 2025/2028

LEI Nº 1521/2025

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 50.253,62 (Cinquenta Mil Duzentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta e Dois Centavos)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
09-ÓRGÃO	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
11-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08	ASSISTENCIA SOCIAL		
08241	ASSISTENCIA A PESSOA IDOSA		
082410009	GESTÃO DA AÇÃO SOCIAL		
082410009.0.053000	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		
4.4.40.42.00.00.00(294)	AUXÍLIOS	390 0	R\$ 50.000,00
3.3.90.93.04.00.00(295)	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	390 0	R\$ 253,62
TOTAL			R\$ 50.253,62

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 50.253,62 provenientes de Superávit Financeiro na fonte 3900 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. I da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes desta Lei ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Lázaro da Costa, Quinta do Sol, 26 de Novembro de 2025.

LEONARDO LAZZARETTI ROMERO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Quinta do Sol**

Gestão 2025/2028

DECRETO Nº 103/2025

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1520, de 26 de Novembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 17.500,00 (Dezessete Mil e Quinhentos Reais)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
09-ÓRGÃO	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
11-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08	ASSISTENCIA SOCIAL		
08241	ASSISTENCIA A PESSOA IDOSA		
082410009	GESTÃO DA AÇÃO SOCIAL		
082410009.0.053000	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		
3.3.50.43.00.00.00(293)	SUBVENÇÕES SOCIAIS	390 0	R\$ 9.157,91
3.3.50.43.00.00.00(293)	SUBVENÇÕES SOCIAIS	900	R\$ 8.342,09
TOTAL			R\$ 17.500,00

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 17.500,00, sendo que R\$ 9.157,91 provenientes Superávit Financeiro na fonte 3900 e R\$ 8.342,09 de Excesso de Arrecadação na fonte 900 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. I e II da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1520, de 26 de Novembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Lázaro da Costa, Quinta do Sol, 26 de Novembro de 2025.

LEONARDO LAZZARETTI ROMERO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Quinta do Sol**

Gestão 2025/2028

DECRETO Nº104/2025

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, em especial da Lei 1521, de 26 de Novembro de 2025.

DECRETA:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do corrente exercício financeiro, um crédito adicional especial, no valor de **R\$ 50.253,62 (Cinquenta Mil Duzentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta e Dois Centavos)**, na forma a seguir detalhada:

Código	Descrição	Fonte	Valor
09-ÓRGÃO	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
11-UNIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
08	ASSISTENCIA SOCIAL		
08241	ASSISTENCIA A PESSOA IDOSA		
082410009	GESTÃO DA AÇÃO SOCIAL		
082410009.0.053000	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		
4.4.40.42.00.00.00(294)	AUXÍLIOS	390 0	R\$ 50.000,00
3.3.90.93.04.00.00(295)	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	390 0	R\$ 253,62
TOTAL			R\$ 50.253,62

**Art. 2º** Como recurso para o crédito que trata o artigo anterior fica utilizada a importância de R\$ 50.253,62 provenientes de Superávit Financeiro na fonte 3900 nos termos previstos no art. 43, § 1º, inc. I da Lei 4.320/64.

**Art. 3º** Em conformidade com o artigo 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista a autorização concedida neste último quadrimestre do exercício, o saldo do crédito especial autorizado por esta Lei, se não for utilizado integralmente até 31 de dezembro, será automaticamente reaberto no exercício seguinte, podendo ser utilizado total ou parcialmente para a mesma finalidade.

**Art. 4º** As alterações constantes na Lei 1521, de 26 de Novembro de 2025, ficam incorporadas às ações do PPA e o Anexo de Metas e ou Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Lázaro da Costa, Quinta do Sol, 26 de Novembro de 2025.

LEONARDO LAZZARETTI ROMERO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Governo Municipal de Nova Cantu**

ESTADO DO PARANÁ

(Repúblicação)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2025.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2025.

A Prefeitura Municipal de Nova Cantu, através senhor Ailton Antonio Agnolin, Prefeito Municipal de Nova Cantu, torna público o processo licitatório na Modalidade de:

**PREGÃO PRESENCIAL**

Nos moldes com as Leis Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 2676/2024, Decreto Estadual nº 5833/2024 e demais legislação aplicável e pelas condições previstas no edital torna publica a realização de licitação, objetivando a aquisição de mobiliário e eletrodomésticos para casa lar, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Cantu-PR.

**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** até às 08:00h do dia 09/12/2025.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS E HORÁRIO PARA INÍCIO DA DISPUTA:** a partir das 09:00h do dia 09/12/2025.

**VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO:** R\$ 40.231,40 (quarenta mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta centavos).

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF).

**ENDEREÇO FÍSICO E INFORMACOES:** Prefeitura Municipal, Departamento de Licitações, Rua Bahia, 660, Centro, Nova Cantu/PR. FONE: (44) 3527-1281 e-mail: [licitacao@novacantu.pr.gov.br](mailto:licitacao@novacantu.pr.gov.br).

**EDITAL DISPONÍVEL NA INTERNET:** <https://novacantu.oi.gov.br/portal/transparencia/licitacoes>

Nova Cantu/PR, 25 de novembro de 2025.

(original assinado)

AIRTON ANTONIO AGNOLIN  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone (44) 3531 – 8100

CNPJ – 75.370.148/0001-17 - CEP – 87.250-000 Peabiru – Paraná

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**  
(ART. 71, IV, DA LEI Nº 14.133/2021)

CREDENCIAMENTO Nº 09/2025  
INEXIGIBILIDADE Nº 18/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2025

Pelo presente instrumento, e com fundamento na Lei nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto da Inexigibilidade de Licitação nº 18/2025 em favor da empresa JAMIL ABD MAHMUD SALEH AWADALLAK, CNPJ nº 14.562.199/0001-56, com sede na Avenida Raposo Tavares, nº 783, por atender integralmente às condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme análise da Comissão de Contratação.

Objeto adjudicado:

Quant. Estimada	Unid.	Descrição dos Serviços	Valor Unitário	Valor Total
1.800	Horas	Serviço de locação operacional de veículo equipado com sistema de som volante, com motorista/operador e gravação de áudio fornecidos pela contratada (MOTO), exclusivamente em zona urbana.	R\$ 40,43	R\$ 72.774,00

A homologação da presente Inexigibilidade de Licitação é realizada nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, considerando a manifestação da Comissão de Contratação, que atestou o atendimento integral das exigências previstas no processo. Diante disso, **HOMOLOGO** a Inexigibilidade de Licitação nº 18/2025, confirmando a regularidade e a conformidade do procedimento.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação, referente ao processo de Inexigibilidade de Licitação.

Peabiru, 26 de novembro de 2025.

José Marcos Gonçalves Lopes  
Prefeito Municipal de Peabiru – Pr

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone (44) 3531 – 8100

CNPJ – 75.370.148/0001-17 - CEP – 87.250-000 Peabiru – Paraná

**AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE**

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, e após análise da instrução processual que inclui justificativa da contratação, manifestação da Comissão de Contratação, pesquisa de preços, atendimento das condições de habilitação e demais documentos pertinentes ao Credenciamento nº 09/2025, **AUTORIZO** a contratação da empresa JAMIL ABD MAHMUD SALEH AWADALLAK, inscrita no CNPJ nº 14.562.199/0001-56, para a prestação dos serviços de locação operacional de veículo equipado com sistema de som volante, conforme descrito no Termo de Referência, pelo valor total de R\$ 72.774,00 (setenta e dois mil setecentos e setenta e quatro reais).

Considerando a regularidade do procedimento e o atendimento integral das condições previstas no edital de credenciamento e demais normas aplicáveis, **RATIFICO** a presente contratação, determinando o prosseguimento para as etapas subsequentes, inclusive elaboração do contrato, emissão da nota de empenho e demais providências administrativas necessárias à execução do objeto.

Peabiru/PR, 26 de novembro de 2025.

José Marcos Gonçalves Lopes  
Prefeito Municipal de Peabiru – Pr

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone (44) 3531 – 8100

CNPJ – 75.370.148/0001-17 - CEP – 87.250-000 Peabiru – Paraná

**ATA Nº 01 DO CREDENCIAMENTO**

SERVICO DE LOCAÇÃO OPERACIONAL DE VEÍCULO EQUIPADO COM SISTEMA DE SOM VOLANTE, COM MOTORISTA/OPERADOR DISPONIBILIZADO PELA CONTRATADA, DESTINADO À DIVULGAÇÃO DE ANÚNCIOS E CAMPANHAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE PEABIRU/PR.

Ref.: Credenciamento nº 09/2025

Inexigibilidade de Licitação nº 018/2025

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 13h30min, a Equipe de Licitação, designada pela Portaria nº 177/2025, de 03 de fevereiro de 2025, reuniram-se na Divisão de Compras e Licitação do Município de Peabiru/PR, situada no Paço Municipal, localizado na Praça Eleutério Galdino de Andrade, nº 21, para proceder à abertura do envelope de credenciamento referente ao processo em epígrafe.

Durante a sessão de pré-qualificação, verificou-se a participação de 01 (uma) empresa, a qual apresentou a documentação exigida, conforme segue:

14.562.199 – JAMIL ABD MAHMUD SALEH AWADALLAK – CNPJ 14.562.199/0001-56

A equipe procedeu à análise e conferência dos documentos apresentados, em conformidade com as exigências do item 12 do edital e com as consultas previstas no item 07.

Após a verificação, constatou-se que a empresa apresentou toda a documentação de forma regular, atendendo integralmente aos requisitos estabelecidos.

Diante disso, a empresa JAMIL ABD MAHMUD SALEH AWADALLAK foi declarada habilitada e classificada, conforme os lotes indicados no credenciamento, descritos na tabela a seguir:

Quant. Estimada	Unid.	Descrição dos serviços	Valor Unitário	Valor total
1.800	Horas	Serviço de locação operacional de veículo equipado com sistema de som volante, com motorista/operador e gravação de áudio fornecidos pela contratada (MOTO), exclusivamente em zona urbana.	R\$ 40,43	R\$ 72.774,00

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - Fone (44) 3531 – 8100

CNPJ – 75.370.148/0001-17 - CEP – 87.250-000 Peabiru – Paraná

Nada mais havendo a tratar, eu, Sandra de Fatima Palma, larei a presente ata, que após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Equipe de Licitação presentes.

Sandra de Fatima Palma  
Agente de Contratação

Sabrina Marangoni Pinto da Silva  
Agente de Contratação

Anderson Charles de Sousa  
Membro da Equipe de Licitação

Adalberto Aparecido Frare  
Membro da Equipe de Licitação

Selmo Robis de Lima  
Membro da Equipe de Licitação

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO

**GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CNPJ n. 78.069.143/0001-47

**AVISO DE LICITAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 42/2025**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2025

O Município de Altamira do Paraná, por meio do Departamento de Licitação e Contratos Administrativos, torna pública a realização da Dispensa Eletrônica nº 42/2025, do tipo Menor Preço por lote (lote único), cujo objeto é a aquisição de brinquedos infantis para o Natal Encantado, conforme especificações do edital e anexos.

Reccebimento das Propostas: 26/11/2025, às 07h00  
Encerramento das Propostas: 01/12/2025, às 07h00  
Início da Disputa: 01/12/2025, às 09h30  
Encerramento da Disputa: 01/12/2025, às 15h30  
Local: Plataforma BLL Compras – [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

O edital e seus anexos estarão disponíveis na plataforma BLL, bem como no Portal da Transparência Municipal.

Altamira do Paraná, 25 de novembro de 2025.

Elza Aparecida da Silva  
Prefeita Municipal

**GOVERNO MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CNPJ n. 78.069.143/0001-47

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**  
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 43/2025

O Município de Altamira do Paraná, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, por meio de seu Agente de Contratação, torna público o processo de Contratação Direta na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação, instalação, manutenção, desmontagem e retirada de decoração natalina luminosa e cenográfica em espaços públicos do Município de Altamira do Paraná - PR, em atendimento ao Convênio "Evento Natal".

2. INFORMAÇÕES DO CERTAME:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 142/2025

INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 26 de novembro de 2025, às 07h00min

FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 01 de dezembro de 2025, às 07h00min

INÍCIO DA DISPUTA DE LANCES: 01 de dezembro de 2025, às 09h30min

ENCERRAMENTO DA DISPUTA DE LANCES: 01 de dezembro de 2025, às 15h30min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA / PLATAFORMA: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

3. ACESSO AO EDITAL: O Edital de Dispensa Eletrônica nº 43/2025 e seus Anexos estão disponíveis na íntegra no portal [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

4. ESCLARECIMENTOS: Eventuais dúvidas e pedidos de esclarecimentos sobre o certame deverão ser encaminhados EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico, no sistema [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), na área específica de mensagens da Dispensa Eletrônica nº 43/2025, em estrita observância ao prazo estabelecido no Edital. Altamira do Paraná - PR, 25 de novembro de 2025.

Douglas Rodrigo Toflinski  
Oficial Administrativo  
Departamento de Licitações e Contrato

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - CEP – 87.250-000

Email: [licitacao@peabiru.pr.gov.br](mailto:licitacao@peabiru.pr.gov.br) - Fone (44) 3531 – 8100

CNPJ – 75.370.148/0001-17

**EXTRATO DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
DISPENSA VALOR GLOBAL

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 037/2025

Processo Administrativo nº 124/2025

Fuero: Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, verbis:

Art. 75 (...) II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 em outros serviços e compras;

1. DO OBJETO E DO CUSTO ESTIMADO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PALCO E STAND PARA SHOW DA VIRADA QUE ACONTECERÁ NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2025, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. máx. Aceitável	Valor Total máx. Aceitável
01	Locação de stand com as seguintes especificações: stand medindo 04 x 04 mts interno, com porta individual, construído em octanorm/ alumínio, com ar condicionado, forrado com chapta TS, com piso reto. Disponível com montagem dois dias antes do evento a ser realizado.	Unid.	01	R\$7.000,00	R\$7.000,00
02	Locação de Palco Profissional, Tamanho 08mX6m toda estrutura em alumínio com pé direito no mínimo 6m de altura, piso do palco com um metro e meio de altura do chão, piso do palco em aço com madeira laminada plastificada,	Unid.	01	R\$23.000,00	R\$23.000,00

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - CEP – 87.250-000

Email: [licitacao@peabiru.pr.gov.br](mailto:licitacao@peabiru.pr.gov.br) - Fone (44) 3531 – 8100

CNPJ – 75.370.148/0001-17

cobertura completa em lona branca antichama, fechamentos nas laterais em tela preta, e fundo em tela branca, escada com corrimão e tamanho de abertura de 1.2m com acesso ao fundo do palco, lateral e fundo com grades para corpo em altura de um metro em todo palco e escada com luz de emergência. Disponível com montagem dois dias antes do evento a ser realizado.

VALOR TOTAL R\$ 30.000,00

Para aferir se há interesse ou não de empresas do ramo larar-se-á do critério de menor preço global.

Prazo para apresentação das propostas: 03 (três) dias úteis, sendo até dia 02/12/2025 às 17:00 horas.

Endereço eletrônico para envio das propostas: [licitacao@peabiru.pr.gov.br](mailto:licitacao@peabiru.pr.gov.br).

2. PRAZOS DE MONTAGEM, UTILIZAÇÃO E DESMONTAGEM

O palco e os stands/camarins deverão ser instalados com antecedência mínima de 2 (dois) dias do evento, ou seja, até o dia 29 de dezembro, a fim de permitir que a equipe organizadora realize a decoração alusiva às festividades de final de ano. A montagem atendida assegura, ainda, o tempo necessário para que a equipe responsável prepare o camarim a ser utilizado pelos artistas. A estrutura deverá ser instalada no local previamente definido pelo Secretário responsável, considerando que a Praça Central se encontra em processo de reforma, sendo necessário avaliar e escolher o espaço mais adequado conforme a programação das festividades.

A desmontagem ocorrerá no dia seguinte ao evento, considerando que, em razão do período de final de ano, não haverá equipe disponível para a vigilância do palco e do camarim. Assim, recomenda-se que a retirada seja realizada no dia 01 de janeiro de 2026.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**

Praça Eleutério Galdino de Andrade, 21 - CEP – 87.250-000

Email: [licitacao@peabiru.pr.gov.br](mailto:licitacao@peabiru.pr.gov.br) - Fone (44) 3531 – 8100

CNPJ – 75.370.148/0001-17

3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO OBRIGATORIOS

- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. No caso de Contrato Social o mesmo deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação.
- Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal e com as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU**  
Praça Benedito Galvão de Andrada, 21 - Fone (44) 3531 - 8100  
CNPJ - 75.370.148/0001-17- CEP - 87.250-000 Peabiru - Paraná

EXTRATO DO TERMO DE REFERÊNCIA

PERMUTA DE IMÓVEIS

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 038/2025

Processo Administrativo nº 124/2025

Falare: ART. 76, I, "c", DA LEI Nº 14.133/2021.É dispensável a licitação:

1- Para alienação de bens imóveis da Administração Pública, quando:

c) *houver permuta por outro imóvel que atenda aos requisitos de interesse público, desde que o imóvel a ser adquirido esteja devidamente avaliado e que a diferença de valores, se houver, seja paga pelo parte que dever a maior.*

O Município de Peabiru/PR torna público que, com fundamento no art. 76, inciso I, alínea "c", da Lei 14.133/2021, reconhece a inviabilidade de competição e instaura processo de dispensa de licitação para permuta de imóvel municipal pelo imóvel particular identificado como Lote nº 23 da Quadra 01, Loteamento Jardim Botânico, visando atender à implantação da Estação Elevatória de Esgoto (EEE) prevista no projeto de expansão do sistema de esgotamento sanitário conduzido pelo SAAE.

A contratação direta foi instruída com avaliações imobiliárias, manifestação do SAAE, Termo de Referência, Parecer Jurídico e justificativas técnicas, que demonstram ser o referido imóvel o único tecnicamente adequado à instalação da infraestrutura pública de saneamento.

O particular manifestou anuência expressa à permuta sem taxa, mesmo diante da diferença de avaliação entre os imóveis.

O documento do processo está disponível para consulta na sede da Prefeitura Municipal.

Peabiru/PR, 27 de novembro de 2025.

**Governo Municipal de Nova Cantu/PR**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
DEPARTAMENTO PESSOAL - RH

DECRETO Nº. 2816, de 26 de novembro de 2025.

SÚMULA: Dispõe sobre a progressão funcional de nível e de escolaridade aos servidores estáveis do Município de Nova Cantu/PR.

O Prefeito Municipal de Nova Cantu, Estado do Paraná, Ailton Antonio Agnolini, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal - LOM,

Considerando o disposto na Seção II, artigos 33 e 34 da Lei Municipal nº 441/2014, de 20 de novembro de 2014, bem como no artigo 4º da Lei Municipal nº 87/2024, de 12 de abril de 2024, que dispõem sobre o Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Nova Cantu;

**RESOLVE**

Art. 1º Fica concedida progressão funcional de nível salarial vertical, conforme requeiro, aos servidores estáveis abaixo relacionados, nos termos da Lei Municipal nº 441/2014, artigos 33 e 34, e da Lei Municipal nº 87/2024, artigo 4º:

N.	Matricula	Nome	Nível Progressão	Tabela de Nível
1.	550000	Claudia Aparecida De Oliveira Carvalho	A2.	nível II

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 01 de novembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Cantu,  
Estado do Paraná, em 26 de novembro de 2025.

(Original Assinado)

AIRTON ANTONIO AGNOLINI  
Prefeito municipal

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025/2028

PORTARIA Nº 032/2025

Designa os Servidores, e dá outras providências para os Serviços Públicos em Saúde.

O Prefeito Municipal de Quinta do Sol, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designa a servidora abaixo mencionada como responsável pela farmácia Básica do município bem como a programação, aquisição, recebimento e dispensação de medicamentos garantindo a execução das políticas de saúde, o cumprimento de metas e a articulação com outras instâncias da Secretaria de Saúde.

- Farmacêutica Responsável Técnica: Edilaine Wenzel Sontag.

Art. 2º - Designa as servidoras abaixo mencionadas como responsáveis pelas equipes de saúde da família Urbana e Rural, bem como todos os processos de territorialização que envolvam elaboração, avaliação e atualização da delimitação dos territórios de atuação das equipes da atenção primária.

- Unidade Básica de Saúde Centro: Daiane Cristina Moretti.

Art. 4º - Designa a servidora abaixo mencionada como responsável pela coordenação das equipes de saúde bucal, bem como incluir planejar, organizar, supervisionar e avaliar as ações e serviços de saúde bucal, garantindo a execução das políticas de saúde, garantindo a execução das políticas de saúde, o cumprimento de metas e a articulação com outras instâncias da Secretaria de Saúde.

- Coordenadora Geral de Saúde Bucal: Lilian Patrícia Peres de Marcos.

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025/2028

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades em saúde do Município.

Publicar-se;  
Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, 14 de Fevereiro de 2025.

*(Assinatura)*  
Secretaria Municipal de Saúde de Quinta do Sol

*(Assinatura)*  
Prefeito Municipal de Quinta do Sol

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025/2028

PORTARIA Nº 033/2025

Designa os Servidores, e dá outras providências para os Serviços Públicos em Saúde.

O Prefeito Municipal de Quinta do Sol, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear Equipe Técnica responsável abaixo mencionada por monitorar e avaliar a execução das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Saúde (PMS) bem como, todos os processos que envolvam atualização das demandas em saúde de acordo com as características sócio demográficas do município.

- Nathana Naya Targino;
- Edilaine Wenzel Sontag.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Saúde dará o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades em saúde do Município.

Publicar-se;  
Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, 18 de Fevereiro de 2025.

*(Assinatura)*  
Prefeito Municipal de Quinta do Sol

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO (ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021).

O Município de Quinta do Sol, Estado do Paraná, torna público que tem interesse em dispensa de licitação (art.75, II, da Lei 14.133/2021), para o seguinte item:

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE CHAPA PARA REPARO DE CAMINHÃO MERCEDES BENZ 2730 EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS.

**DIMENSIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO.**  
A demanda não poderá ter os preços superiores aos apresentados no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Aceitável R\$	Valor Total Aceitável R\$
01	Chapa do 0,60mm (perfil U 60x160x60-5 300mm)	UN	2	R\$ 1.624,97	R\$ 3.249.945
02	Chapa de 8,00mm (perfil U 50x161x50-300mm), (encavado no chassis)	UN	2	R\$ 54,88	R\$ 103,76
03	Chapa de 12,50mm	UN	1	R\$ 137,00	R\$ 137,00
04	Chapa de 9,50mm (*-240mm), (55x40x145 C/ 240), dobras conf. A amostra)	UN	2	R\$ 54,646	R\$ 109,29
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.600,00</b>

Manifesta, ainda, interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Prazo final para entrega da proposta: 28/11/2025 às 17hrs.

Observa-se, que as regras do sítio eletrônico oficial está suspensa por 6 (seis) anos por força do art. 176, III, que obviamente, também, suspende a eficácia do art. 75, § 3º, (no que tange ao sítio eletrônico oficial) pelo fato do Município não atingir 20.000 habitantes e, salvo melhor juízo, por opção da autoridade superior, poderá ao final do certame ser convalidado, de acordo com o art. 55, da Lei nº 9.784/1999.

Portanto, o problema quanto a ausência de implementação do Portal Nacional de Contratações Públicas não existe em relação os municípios com até 20 mil

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

PREFEITURA DE QUINTA DO SOL - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ 76.950.047/0001-88

habitantes, visto que o dispositivo previsto pelo art. 176 da Lei nº 14.133/2021, esses entes federados possuem prazo de seis anos, contados a partir de 01 de abril de 2021, para adotar o PNCP.

Paço Municipal Antônio Lázaro da Costa, 26 de Novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE MAMBORÉ**  
Estado do Paraná - CNPJ 75.368.828/0001-23  
Rua Guadalupe, 645 - (44) 3568-8000 - CEP: 87340-000  
e-mail: prefeitura@mambore.pr.gov.br  
www.mambore.atende.net

AVISO DE SUSPENSÃO DE CERTAME

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2025

PROCESSO ADMINISTRAÇÃO Nº 288/2025

A Prefeitura de Mamboré, Estado do Paraná, através de determinação, torna-se público aos interessados que ficará suspensa por tempo indeterminado, a realização do certame licitatório Pregão Eletrônico nº 111/2025, cujo objeto: REGISTRO DE PREGÃO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DIVERSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM VIAS, PRAÇAS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÉ/PR. Motivo: Para análise de conveniência e oportunidade.

A nova abertura do certame será objeto de nova publicação, observado novo prazo.

Mamboré-PR, 26 de novembro de 2025.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, SEBASTIAO ANTONIO MARTINEZ.

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 299/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**RESOLVE**

CONCEDER, ao servidor Paulo Sergio da Silva, Servente Geral I, suas férias regulares pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de Dezembro de 2025 a 30 de Dezembro de 2025, quando deverá reassumir suas funções normais, férias relativas ao período de 2023/2024.

PUBLICAR-SE CUMPRAR-SE

Paço Municipal Sidnei Polato, 26 de Novembro de 2025.

*(Assinatura)*  
Prefeito Municipal

**ENGENHEIRO BELTRÃO**  
PREFEITURA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 300/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

**RESOLVE**

CONCEDER, ao servidor Genildo dos Santos da Silva, Tratorista, suas férias regulares pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 01 de Dezembro de 2025 a 30 de Dezembro de 2025, quando deverá reassumir suas funções normais, férias relativas ao período de 2023/2024.

PUBLICAR-SE CUMPRAR-SE

Paço Municipal Sidnei Polato, 26 de Novembro de 2025.

*(Assinatura)*  
Prefeito Municipal

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

DECRETO 106/2025

Dispõe sobre a aplicação da Avaliação Diagnóstica, bem como a recuperação da aprendizagem aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Quinta do Sol-PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL/PR, no uso de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO:**

A Lei Federal nº 9394/ 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

A Resolução nº 04/2010-CNE/CEB, que define as diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

A necessidade da coleta de informações significativas sobre a aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Ensino;

A utilização de instrumentos que subsidiem a análise dos resultados da aprendizagem;

A necessidade de avaliar as habilidades adquiridas pelos alunos de acordo com a BNCC e com o Referencial Curricular do Paraná;

A avaliação diagnóstica, além de contabilizar frequência, também identifica as dificuldades de aprendizagem que precisam ser superadas.

**RESOLVE**

Art. 1º Institui as Avaliações Diagnósticas e Aproveitamento Escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Quinta do Sol/PR, buscando o conhecimento da trajetória de aprendizagem e comportamento dos alunos, colaborando para a diminuição da desigualdade de aprendizado, do abandono e da evasão escolar.

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

Art.2º A Avaliação Diagnóstica constitui-se numa avaliação censitária, de larga escala, a ser aplicada no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, obrigatoriamente por todas as unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Quinta do Sol.

Art.3º A Avaliação Diagnóstica do Ensino Fundamental do 1º ano e do 2º ano, será realizada através de 2 (dois) instrumentos: Língua Portuguesa e Avaliação de Fluência; e a Avaliação de Matemática será feita a partir de 2026. A Avaliação Diagnóstica do 2º ao 5º ano, deverá ser aplicada seguindo um calendário único e poderá ser realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A Avaliação Diagnóstica será pautada na BNCC e no Referencial Curricular do Paraná, abrangendo os seguintes componentes curriculares para o Ensino Fundamental I:

I- Língua Portuguesa  
II- Matemática

Art.4º Visando a melhoria da aprendizagem dos alunos com defasagem e/ou dificuldades escolares, a rede municipal de ensino, implementará ações e estratégias que busquem melhorar o nível de aprendizagem dos alunos:

I- Livros didáticos para alunos e professores  
II- Assessoramento Pedagógico;  
III- Material pedagógico complementar;  
IV- Formação continuada e capacitação de docentes, coordenação pedagógica e gestores;  
V- Matrícula em atividade complementar em contra turno;  
VI- Monitoramento de aprendizagem;  
VII- Avaliação de Alfabetização (sondagem);  
VIII- Simulação do 2º ao 5º ano.

Art.5º Caberá ao Diretor da Unidade Educacional adotar as providências necessárias para o êxito de cada aplicação da Avaliação Diagnóstica, no que se refere a:

I- organização dos espaços e horários de aplicação da prova;  
II- garantia de que os alunos tenham os materiais escolares apropriados, tais como: caneta, lápis, borracha e apontador;  
III- ampla divulgação do evento a toda a comunidade escolar.  
IV- segurança e sigilo das provas que integram essas avaliações.

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

Art.6º Caberá à secretaria Municipal de Educação e equipe pedagógica das escolas direção/coordenação e professores, a análise dos dados da Avaliação Diagnóstica, a fim de realizar as devidas interferências para sanar as dificuldades encontradas.

Art.7º Através dos dados extraídos da Avaliação Diagnóstica, haverá uma devolutiva e análise dos resultados com a equipe escolar, professores das escolas municipais. Na sequência será traçado um plano de ação e intervenção para recuperação de aprendizagem e superação de defasagem escolar.

Da Avaliação Semestral de larga escala Municipal da Fluência em leitura e escrita

Art.8º A "Avaliação Semestral Municipal da Fluência em Leitura e Escrita", constitui-se numa avaliação censitária, de larga escala, a ser aplicada no 1º ano e no 2º ano, obrigatoriamente por todas as unidades Educacionais que mantêm o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Quinta do Sol.

Art.9º A "Avaliação Semestral Municipal da Fluência em Leitura e Escrita", tem por objetivo produzir informações sobre o desempenho dos estudantes, de modo que professores, gestores e a secretaria Municipal de Educação possam realizar um diagnóstico das principais dificuldades de aprendizagens e elaborar um planejamento pedagógico mais adequado às suas necessidades.

Art.10º Com base nos resultados dos testes aplicados através da "Avaliação Semestral Municipal", será possível identificar quais habilidades já se encontram consolidadas e quais são os pontos de dificuldades em um dado momento do processo de escolarização.

Art.11º É importante ressaltar que os dados coletados através da "Avaliação Semestral Municipal" não devem servir para classificar ou categorizar os estudantes, mas sim para orientar ações em prol do seu desenvolvimento.

Art.12º A "Avaliação Semestral Municipal" seguirá uma proposta de roteiro para a leitura, com a leitura de letras, frases, palavras e texto, que será formulada a cada aplicação da avaliação.

Art.13º Os dados da Fluência em Leitura serão divulgados em: Pré-leitor: nível 1, nível 2, nível 3 e nível 4; Leitor Iniciante e Leitor Fluente, cada perfil descreve um padrão de leitor, de acordo com o desempenho no teste.

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

Art.14º A Avaliação de Escrita será de uma lista de palavras do mesmo campo semântico, realizada através da observação de inapetência e/ou figuras as quais o aluno irá escrever o nome correspondente, e em seguida fará uma frase utilizando uma das imagens.

Art.15º A divulgação dos dados será realizada em reuniões com a equipe pedagógica, Secretaria Municipal de Educação e Professores do 1º e 2º Anos, para análise e apropriação dos resultados das avaliações de Fluência Leitora e de Escrita para a proposição de um plano de ação visando a melhoria no Ensino Aprendizagem.

Art.16º A Secretaria Municipal de Educação construiu um "Alfabetômetro" (gráfico), instrumento de gestão pedagógica com objetivo de apresentar e acompanhar o processo de alfabetização de todos os alunos da rede Municipal de Ensino de Maús da Serra.

Da Recuperação da Aprendizagem

Art.17º Adesão ao Programa Educa Juntos pela Secretaria Municipal de Educação. O Programa é instituído pelo Decreto Governamental nº 5857, de 05 de outubro de 2020, uma parceria entre Governo do Estado do Paraná e as Prefeituras Municipais, por meio da Secretaria de Estado de Educação, e do Esporte (Seed) e das Secretarias Municipais de Educação (SME), promovendo ações colaborativas na Educação, utilização de material didático pelos alunos, a fim de contribuir para melhoria da qualidade da oferta do ensino a todos os estudantes das redes públicas de ensino do Paraná.

Art.18º São objetivos do Programa Educa Juntos:

I- Promover educação de qualidade para os estudantes da rede pública por meio de ações conjuntas com os municípios.

II- Fortalecer o regime de colaboração entre Estado e Municípios para superar a fragmentação das políticas públicas educacionais com vistas ao pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade.

III- Priorizar a melhoria da aprendizagem dos estudantes matriculados na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino, propondo práticas pedagógicas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo ao longo de todas as etapas da Educação Básica, com ênfase na transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental.

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

IV- Promover medidas que assegurem a integração das etapas da Educação Básica para evitar ruptura no processo educacional do estudante, garantindo-lhe a autonomia e o desenvolvimento integral.

V- Ofertar formação continuada aos profissionais de educação das redes municipais de ensino, como processo permanente e constante de aperfeiçoamento da prática pedagógica, de forma a assegurar ensino de qualidade aos estudantes da rede pública.

VI- Disponibilizar material de apoio pedagógico e o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEP para as redes municipais de ensino.

VII- Promover ações de reconhecimento para as redes municipais de ensino com maiores resultados e maiores incrementos na aprendizagem dos seus estudantes.

Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol, 26 de novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero  
Prefeito Municipal

**Governo Municipal de Nova Cantu**  
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2025.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2025.

A Prefeitura Municipal de Nova Cantu, através senhor Ailton Antonio Agnoli, Prefeito Municipal de Nova Cantu, torna público o processo licitatório na Modalidade de:

**PREGÃO PRESENCIAL**

Nos moldes com as Leis Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 2676/2024, Decreto Estadual nº 5833/2024 e demais legislação aplicável e pelas condições previstas no edital torna pública a realização de licitação, objetivando subsidiar o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS VINCULADAS A GESTÃO MUNICIPAL.

**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** até às 13:50h do dia 09/12/2025.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS E HORÁRIO PARA INÍCIO DA DISPUTA:** a partir das 14:00h do dia 09/12/2025.

**VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO:** R\$ R\$ 137.416,34 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos).

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF).

**ENDEREÇO FÍSICO E INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal, Departamento de Licitações, Rua Bahia, 660, Centro, Nova Cantu/PR. FONE: (44) 3527-1281 e-mail: licitação@novecantu.pr.gov.br.

**EDITAL DISPONÍVEL NA INTERNET:**  
<https://novecantu.elseweb.net/portaltransparencia/licitacoes>

Nova Cantu/PR, 26 de Novembro de 2025.

(original assinado)  
AIRTON ANTONIO AGNOLINI  
Prefeito Municipal

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

DECRETO 106/2025

Institui o Protocolo Municipal de Acompanhamento da Frequência Escolar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, e define ações para identificação e intervenção nos casos de infrequência escolar no Município de Quinta do Sol/PR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUINTA DO SOL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído o Protocolo Municipal de Acompanhamento da Frequência Escolar, com o objetivo de monitorar, identificar e intervir nos casos de infrequência de crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino de Quinta do Sol/PR.

Art. 2º O protocolo compreende as seguintes ações essenciais:

I - Monitoramento sistemático da frequência escolar pelas unidades educacionais;

II - Comunicação imediata à Secretaria Municipal de Educação nos casos de infrequência escolar identificada;

III - Encaminhamento formal ao Conselho Tutelar em situações recorrentes ou em que houver indícios de risco social ou violação de direitos.

Art. 3º Diante da ocorrência de infrequência escolar caberá às unidades educacionais:

I - Identificar de forma imediata o (a) estudante com frequência irregular;

II - Estabelecer contato com a família ou responsáveis legais por telefone, no mesmo dia da ausência injustificada buscando esclarecer os motivos das ausências e orientar quanto à importância da assiduidade escolar;

III - Propor e implementar medidas pedagógicas, socioeducativas ou de apoio para favorecer o retorno e a permanência do estudante na escola;

IV - Examinar formalmente o caso à Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Tutelar, sempre que a infrequência persistir ou houver indícios de negligência, abandono ou violação de direitos;

V - Manter registros atualizados de todas as ações realizadas, incluindo tentativas de contato, atendimentos e encaminhamentos, especialmente no Sistema de Registro de Promissão - SERP.

**Quinta do Sol**  
Gestão 2025-2028

VI - Registrar no SERP todas as ocorrências de infrequência escolar, observando os seguintes critérios:

a) Acúmulo de 5 (cinco) faltas consecutivas ou 7 (sete) faltas alternadas no período de 1 (um) mês letivo;

b) Reincidência da infrequência após orientações ou intervenções anteriores.

Art. 4º A utilização do Sistema SERP pelas unidades educacionais deverá obedecer às seguintes diretrizes:

I - Atualização contínua dos dados de frequência, atendimentos e encaminhamentos realizados;

II - Garantia da veracidade, precisão e sigilo das informações inseridas;

III - Uso das informações do sistema como base para planejamento de ações preventivas, corretivas e articuladas com os demais setores da rede de proteção.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação da execução deste protocolo, devendo:

I - Prestar apoio técnico e formativo às equipes escolares para correta aplicação das ações previstas;

II - Promover a articulação intersetorial entre escolas, Conselho Tutelar, CRAS, Saúde e demais órgãos da rede de proteção;

III - Analisar periodicamente os dados registrados no SERP e propor estratégias integradas de enfrentamento à infrequência escolar.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quinta do Sol, 26 de novembro de 2025.

Leonardo Lazzaretti Romero  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

NÚMERO DA MODALIDADE... 44 / 2025

OBJETO/REQUERENTE... Aquisição de mesas e cadeiras - Secretaria M. de Esportes; Aquisição de Bandeiras - Gabinete do Prefeito; Contratação de 03 avaliações mobiliárias - Gabinete do Prefeito; Contratação de hospedagens - Divisão de Eventos; Contratação de serviços médicos - Secretaria M. de Saúde; Pagamento de aluguel - Secretaria M. de Assistência Social.

PROCEDIMENTO... Dispensa Po Limite

VALOR MÁXIMO... R\$ 15.995,44 (quinze mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos)

FUNDAMENTO LEGAL... Art. 75, I, da Lei 14.133/21

Nos termos dos Pareceres e dos documentos constantes no presente processo, homologo o procedimento de contratação em epígrafe, nos termos da Lei 14.133/21, ficando aprovado para que surta os efeitos legais.

Consequentemente, atribuo o objeto do presente certame ao seguinte fornecedor:

LOTE	FORNECEDOR	CNPJ	V. Total do Lote	V. Total por Extensão
1 a 6	CONFECÇÕES OLIVEIRA - ME	02.541.082/0001-38	4.145,44	quatro mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais
7	MOBILIARIA STELA E KFFURY	34.267.188/0001-50	1.800,00	um mil, oitocentos reais
8	E. S. OLIVEIRA & CIA LTDA	21.265.907/0001-14	1.800,00	um mil, oitocentos reais
9	ALEX RODRIGUES BURAK	09.016.739-7	1.800,00	um mil, oitocentos reais
10	HOTELARIA MAX LTDA	75.947.126/0001-30	5.800,00	cinco mil, oitocentos reais
11	FRACASSADO			
12	CLEBERSON APARECIDO DE JESUS	023.037.088-0	650,00	seiscentos e cinquenta reais

Boa Esperança, 26 de novembro de 2025.

Joel Celso Buscarini  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

NÚMERO DA MODALIDADE... 15/2025

REQUERENTE... Secretaria de Administração

OBJETO... Publicação: Diários Oficiais Estado e União - Gabinete do Prefeito; Pagamento de direitos autorais - Divisão de Eventos.

PROCEDIMENTO... Inexigibilidade

VALOR MÁXIMO... R\$ 29.784,00 (vinte e nove mil setecentos e oitenta e quatro reais)

FUNDAMENTO LEGAL... Art. 74 Inciso I da Lei 14.133/2021

Nos termos dos Pareceres e dos documentos constantes no presente processo, homologo o procedimento de contratação em epígrafe, nos termos da Lei 14.133/21, ficando aprovado para que surta os efeitos legais.

Consequentemente, atribuo o objeto do presente certame ao(s) seguinte(s) fornecedor:

LOTE	FORNECEDOR	CNPJ	V. Total do Lote	V. Total por Extensão
1	IMPENSA NACIONAL	04.186.640/0001-00	7.794,00	sete mil setecentos e oitenta e quatro reais
2	GOVERNO DO PARANÁ	76.416.890/0001-49	6.000,00	seis mil reais
3	EXCORTÍRIO CENTRAL DE ADJUDICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	00.474.970/0001-42	16.000,00	dezesseis mil reais

Boa Esperança, 26 de novembro de 2025.

Joel Celso Buscarini  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA**

PORTARIA Nº 318/2025

Designação para a função de elaborar, revisar e atualizar protocolos de encaminhamento, agendamento e priorização de atendimentos na atenção Especializada da Saúde

O(A) Secretário(a) Municipal de Saúde do Município de Boa Esperança-Pr, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Designar Judisenefer dos Santos Natizki Montanet, inscrito(a) no CPF nº 057.770.909-74, para ser responsável pela elaboração, revisão e atualização dos Protocolos referentes ao encaminhamentos, agendamentos e priorização de atendimentos na Atenção Especializada da Saúde. O responsável pelo protocolo atua como elo entre o usuário, a Atenção Primária e os serviços especializados, garantindo que encaminhamentos sejam corretos, priorizados de forma justa, agendados com eficiência e acompanhados adequadamente, sempre seguindo critérios técnicos e princípios da humanização e equidade.

Art. 2º - Compete ao(a) responsável pela elaboração, revisão e atualização dos Protocolos.

Art. 3º - Suas principais funções/atribuições:

- Recepção e conferência dos encaminhamentos
  - Buscar solicitações de encaminhamento vindas da Atenção Primária e outras partes da rede;
  - Conferir se o formulário está devidamente preenchido (dados do paciente, justificativa clínica, exames anexados, CID quando necessário);
  - Verificar se o encaminhamento corresponde à linha de cuidado e ao critério de acesso adequado (especialidade correta, indicação clínica);
- Classificação e priorização dos casos
  - Avaliar o encaminhamento com base em protocolos clínicos, critérios de risco e diretrizes de acesso da Rede de Atenção à Saúde;
  - Identificar casos que exigem prioridade devido à gravidade, risco ou necessidade de intervenção rápida;

**MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA**

Encaminhar ao profissional regulador (quando houver) para validação clínica da prioridade.

3. Agendamento dos atendimentos

- Organizar e distribuir as vagas conforme:
- critérios de classificação, oferta de serviços e agenda das especialidades, fluxos pactuados na rede;
- Registrar o agendamento nos sistemas oficiais (ex: SISREG, plataforma municipal);
- Garantir que a comunicação ao usuário seja clara (data, local, documentos necessários);

4. Gestão das filas e monitoramento das demandas

- Mantiver a fila de espera atualizada e organizada por prioridade, data de entrada e tipo de procedimento;
- Identificar gargalos, atrasos de consultas ou faltas de oferta e comunicar à coordenação;
- Atualizar status de encaminhamentos (agendado, aguardando vaga, cancelado, concluído);

5. Articulação com as unidades e profissionais

- Mantiver diálogo permanente com: Atenção Primária, serviços especializados, equipe de regulação, coordenação da rede;
- Solicitar informações complementares quando necessário para validar encaminhamentos;
- Informar a disponibilidade de vagas e possíveis alterações de agenda;

6. Orientação ao usuário

- Prestar informações sobre o andamento do encaminhamento e tempo estimado de espera;
- Orientar sobre preparo de exames, documentos ou requisitos para a consulta;
- Garantir acolhimento e comunicação humanizada;

7. Registro, sigilo e organização documental

- Mantiver registro preciso em sistemas e planilhas institucionais;
- Assegurar a confidencialidade de informações pessoais e clínicas;
- Organizar e arquivar encaminhamentos conforme normas de gestão documental;

**MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA**

8. Apoio à regulação e qualificação da rede

- Auxiliar na padronização de fluxos e protocolos;
- Participar de treinamentos, reuniões técnicas e processos de melhoria contínua;
- Produzir relatórios periódicos sobre demanda, oferta, tempo de espera e prioridades;

Boa Esperança, 26 de novembro de 2025

MARA CRISTINA GAROFALO 443 GAROFALO 443  
Assinatura de forma digital por MARA CRISTINA GAROFALO 443  
CPF: 030.424.033-38  
Data: 2025.11.26 15:02:42-0338

Mara Cristina Garófalo  
Secretaria Municipal de Saúde

JOEL CELSO BUSCARINI 72330001-00  
Assinatura de forma digital por JOEL CELSO BUSCARINI 72330001-00  
CPF: 010920  
Data: 2025.11.26 15:02:42-0338

Joel Celso Buscarini  
Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA**

PORTARIA Nº 317/2025

DESIGNAÇÃO PARA A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO DE SAÚDE BUCAL

O(A) Secretário(a) Municipal de Saúde do Município de Boa Esperança-Pr, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Designar Camila Aparecida da Silva, inscrito(a) no CRO sob 25910, para exercer a função de Coordenador(a) Municipal de Saúde Bucal, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde. O Cirurgião-Dentista no PSF tem um papel essencial na saúde pública, trabalhando não apenas na cura, mas também na prevenção e promoção de hábitos saudáveis. Ele atua de forma integrada ao restante da equipe de saúde, visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Art. 2º - Compete ao(a) Coordenador(a) Municipal de Saúde Bucal:

- Atendimento odontológico básico: Realizar procedimentos de atenção primária, como exames clínicos, profilaxia, restaurações, extrações simples, e outros serviços básicos de saúde bucal;
- Promoção da saúde bucal: Desenvolver ações de prevenção, como orientações sobre escovação adequada, uso de fio dental, cuidados com a alimentação e prevenção de doenças bucais, como cáries e doenças periodontais;
- Educação em saúde: Participar de campanhas educativas e ações comunitárias, envolvendo a comunidade em temas de saúde bucal, com foco na promoção de hábitos saudáveis;
- Diagnóstico e tratamento precoce: Identificar precocemente doenças bucais, como cáries, gengivite, periodontite e outras condições, e fornecer tratamento adequado ou encaminhamentos para casos mais complexos;
- Integração com a equipe multidisciplinar: Trabalhar em conjunto com médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde e outros profissionais da equipe de saúde da família, garantindo um atendimento integral e interdisciplinar aos pacientes